

53 as discussões dos documentos da CTPNRH. Foram feitos alguns testes e destacada a importância
54 de todos os membros fazerem parte do Grupo. Em seguida iniciou-se o [Item 2 - Aprovação da](#)
55 [Ata da 81ª Reunião da CTPNRH](#). O Sr. João Clímaco ressaltou que é importante que suas falas
56 sejam registradas nas atas, pois é um registro da sua atuação no CNRH perante as instituições
57 que o FONASC representa. A **Sra. Martha Sugai (OT)** lembrou a importância da revisão da ata
58 pelos participantes e propostas de ajustes sejam encaminhados antecipadamente. A ata da 81ª
59 Reunião da CTPNRH, com alterações e as inserções das falas do Sr. João Clímaco (ONG), foi
60 aprovada. Ao longo das discussões foi levantada a necessidade de uma sala melhor para as
61 reuniões da CTPNRH que estava com 100% dos seus membros presentes. [Item 3 – Apresentação](#)
62 [do Planejamento Estratégico da SRHU/MMA/DRH](#): O **Sr. João Clímaco (ONG)** ressaltou que a
63 implementação do Plano da Margem Direita do Amazonas - PMDA merece atenção, assim como
64 a necessidade de elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Rio Tapajós. Enfatizou que a
65 comissão para acompanhar a margem direita não funciona. A **Sra. Martha Sugai (OT)** passou
66 ao próximo item da pauta, relacionado à apresentação do Planejamento Estratégico da
67 SRHU/DRH. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** iniciou a apresentação esclarecendo que
68 em 2013 o MMA deu início ao esforço de elaboração de um Planejamento Estratégico,
69 colocando foco em ações estratégicas. Esta apresentação foi solicitada pelo Ministério do
70 Planejamento - MP, mas considera importante, pois o Planejamento Estratégico da SRHU/MMA
71 está muito relacionado à atuação da CTPNRH. Em seguida, fez referência aos quatro resultados
72 esperados: i) Resultado 1 – Concepção, Implantação e Manutenção do Sistema de
73 Gerenciamento Orientado para Resultados - SIGEOR (Programa XIII do Plano Nacional de
74 Recursos Hídricos); ii) Resultado 2 – Revisões quadrienais do Plano Nacional de Recursos
75 Hídricos, com indicação das prioridades nacionais para a gestão das águas; iii) Resultado 3 –
76 Apoio e acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos e
77 iv) Resultado 4 – Avaliação do instrumento enquadramento dos corpos hídricos na Política
78 Nacional de Recursos Hídricos e concepção de estratégias para promover o enquadramento dos
79 corpos hídricos. Ressaltou que o Planejamento Estratégico orientará a elaboração do PPA
80 Federal 2016-2019. Por fim, apresentou a situação de elaboração dos PERHs apoiados pela
81 SRHU. Informou que a meta é da SRHU é até 2017 ter 100% do território nacional coberto com
82 PERHs. Esclareceu que a elaboração desses planos está sendo acompanhado par e passo pela
83 SRHU/DRH. A **Sra. Martha Sugai (OT)** ressaltou que as atividades estão bastante relacionadas
84 com as atribuições da CTPNRH, considerando importante que a SRHU traga as questões para
85 análise da CT. O **Sr. João Clímaco (ONG)** parabenizou pelos esforços de planejamento da
86 SRHU/DRH. Observou a necessidade de facilitar a linguagem do planejamento para a sociedade.
87 Sugere também a indicação de indicadores mais objetivos para acompanhamento do
88 planejamento, envolvendo, inclusive, dados qualitativos. Considerou que o acompanhamento dos
89 planos estaduais de recursos hídricos merece um maior acompanhamento por parte da CTPNRH.
90 Ressaltou a atuação do FONASC no Maranhão e enfatizou o impasse em relação ao processo de
91 elaboração do PERH/MA, considerando que o Grupo Técnico Interinstitucional criado pelo
92 órgão gestor para acompanhamento do processo não tem base legal. Considera importante que o
93 CERH/MA tenha maior protagonismo no processo de elaboração do PERH/MA. O **Sr. Wilson**
94 **de Azevedo (Pescadores/Turismo)** também parabenizou o planejamento estratégico da SRHU.
95 Em relação aos resultados priorizados pela SRHU, ressaltou que o SIGEOR ainda causa muitas
96 dúvidas e considerou que o mesmo tem muito a ver com o relatório de conjuntura dos recursos
97 hídricos produzido pela ANA. Considera importante a articulação entre ANA e SRHU no
98 sentido de evitar ações em duplicidade. Em relação à revisão do PNRH tem dúvidas em relação
99 ao termo adequado: revisão ou atualização. Considera importante conjugar as ações da SRHU de
100 apoio aos PERHs com as ações da ANA de implantação do PROGESTAO. Em relação ao
101 enquadramento comentou da possibilidade de que os novos planos possam trazer já a proposta de
102 enquadramento. Quando aos indicadores do Planejamento Estratégico, falou que ainda são
103 insuficientes, sendo necessário haver indicadores de efetividade de implementação da política.
104 Também mencionou o modelo do Rio Grande do Sul de aprovar o PERH na Assembleia
105 Legislativa. Na sua opinião o PNRH deveria também ser aprovado por Lei. A **Sra. Martha**
106 **Sugai (OT)** lembrou que isto era previsto na Lei nº 9.433 de 1997 e foi vetado, podendo ser
107 resgatada a justificativa. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** considerou o Planejamento Estratégico

108 da SRHU uma evolução. Questionou até que ponto há flexibilidade para ajustar/rever as metas.
109 Em relação ao SIGEOR, lembrou-se da demanda de revisão do SIGEOR como instrumento. Há
110 esta meta de revisão do SIGEOR. Ressaltou a necessidade de transparência e apropriação da
111 sociedade dos planos de recursos hídricos. Questionou se elaboração dos planos estaduais são
112 compatibilizadas com o PROGESTÃO. Comentou que os recursos do PROGESTÃO deveriam
113 sair dos recursos da compensação do setor elétrico em ações capitaneadas pela SRHU. Enfatizou
114 a necessidade de articulação entre ANA e SRHU entre PROGESTÃO e elaboração dos PERHs.
115 Em relação ao enquadramento dos corpos hídricos disse que gostaria de entender o que está
116 sendo pensado. Questionou se será feita uma revisão da Resolução CNRH nº 91. Discordou da
117 questão de ser avanço a elaboração da proposta do enquadramento junto com o plano de recursos
118 hídricos, pois o enquadramento exige amadurecimento dos entes do sistema e apropriação por
119 parte dos Comitês de Bacias. O **Sr. Jaime Azulay (Saneamento)** lembrou que além do
120 planejamento deve haver uma política de Estado que esteja acima de governo, que contemple
121 toda a abordagem de planejamento, nas diversas escalas. Considerou que a implantação do
122 enquadramento exige investimento. A definição de metas não é suficiente. A **Sra. Maria Sílvia**
123 **(CRH/DF)** parabenizou o esforço do MMA. Informou que no caso do PERH/DF, o
124 enquadramento é visto como implementação do Plano, pois exige um amadurecimento por parte
125 dos CBHs. A proposta preliminar do Plano é bastante insuficiente, agora é que estão discutindo
126 as metas progressivas do enquadramento. Esclareceu que tem o receio em relação aos lócus de
127 decisão do enquadramento, que não vem sendo abordado. Lembrou que os investimentos
128 necessários para viabilizar o enquadramento em muitos casos saem dos órgãos de governo
129 estaduais. Considerou necessário contemplar a discussão metodológica do processo de
130 enquadramento, pois não há arcabouço jurídico para a essas questões. Questionou sobre qual
131 seria o passo a passo para implementação do instrumento. O **Sr. Wagner Villella (ANA/MMA)**
132 concordou que o enquadramento deve vir depois do Plano de Recursos Hídricos, mas não pode
133 estar descolado do que foi feito antes: diagnóstico, prognóstico e outros estudos. Sugeriu que a
134 CTPNRH organizasse em conjunto com a ANA uma oficina qualificada sobre o enquadramento.
135 Enfatizou a necessidade de discutir estratégias de implementação do enquadramento. A **Sra.**
136 **Zeila Piotto (Indústria)** considerou bem-vinda à realização de oficina de trabalho sobre o
137 enquadramento. Considerou que este tema deve entrar também na agenda de trabalho da
138 CTPNRH. Em relação à proposta de enquadramento da bacia do Paranaíba, lembrou que o
139 próprio CBH retirou a proposta da pauta do CNRH. Lembrou que o enquadramento deve ser em
140 conformidade com o plano de bacia, não necessariamente junto. O **Sr. Eimair Ebeling (MT)**
141 parabenizou o planejamento estratégico da SRHU/MMA e convidou para apresentação no
142 Ministério dos Transportes. Disse que gostaria de entender como o planejamento estratégico está
143 abordando a questão dos usos múltiplos. [Item 4 – Informe preliminar sobre a execução \(ANA,](#)
144 [SRHU e MP\) de prioridades do PNRH 2012/2015 vinculadas ao Programa 2026 do PPA 2012-](#)
145 [2015:](#) A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que o documento referente ao informe sobre a
146 execução de prioridades foi atualizado pela SRHU com base no acompanhamento do PPA, a
147 atualização se fez necessária pela questão do envio da proposta de resolução para o CNRH sobre
148 as prioridades para o próximo PPA. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** iniciou sua fala
149 explicando que utilizou o sistema de monitoramento do PPA federal para atualizar o documento
150 referente às prioridades do PNRH, além disso, foram utilizadas algumas informações do SIOP,
151 pois o PPA federal não contempla todas as atividades que estão sendo executadas no âmbito do
152 PNRH, as quais se inserem no contexto da revisão do PNRH, pois, dessa forma poderá se ter um
153 panorama do que foi executado no PNRH. Deve ser definido também, um mecanismo de
154 consulta aos estados, a respeito do andamento do PNRH. Seguiu com a apresentação das
155 prioridades do PNRH bem como as metas vinculadas a cada prioridade que constam no PPA.
156 Informou ainda que seria enviado um ofício pela SRHU à ANA e ao MP solicitando colaboração
157 desses órgãos para complementar o relatório das prioridades do PNRH. O **Sr. Wagner Villella**
158 **(ANA/MMA)** mencionou que o ofício deverá ser enviado à diretoria responsável pela área na
159 ANA. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** informou que o ofício seria endereçado ao
160 Diretor Presidente da ANA, porém encaminharia cópia do mesmo ao Sr. Wagner Villella. A **Sra.**
161 **Martha Sugai (OT)** complementou que o documento foi construído exclusivamente com as
162 informações constantes no PPA 2012-2015, portanto, trata-se de uma avaliação do que está

estabelecido no PPA para o PNRH e que a preocupação dos membros da CTPNRH deveria ser realmente sobre informe sobre a execução das prioridades do PNRH, assim, a CTPNRH tem duas atividades, além da avaliação da ANA, voltada para a questão do PPA e de uma maneira genérica, de como o PNRH vem sendo implementado. A **Sra. Maria Silvia (CRH/DF)** questionou a respeito da prioridade 01 que trata da criação e consolidação de comitês de bacia de domínio da união, sobre o tema do financiamento do SINGREH, por exemplo, os recursos advindos da compensação, e assim gostaria de saber como serão discutidos os pontos relacionados com as necessidades para o funcionamento efetivo dos órgãos do SINGREH. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que existia um item relacionado com a sustentabilidade do SINGREH que não foi relacionada nas ações prioritárias apresentadas atualmente. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** complementou informando que a ação prioritária relacionada com a implementação dos Fundos de Recursos Hídricos e identificação de mecanismos que permitam maior efetividade na aplicação dos recursos. O **Sr. Franklin Junior (SRHU/MMA)** salientou que a CTCOB tem discutido a sustentabilidade econômico-financeira do SINGREH. O **Sr. Jaime Azulay (Saneamento)** concorda com a fala da Sra. Maria Sílvia, uma vez que entende que os CBHs formam a base do SINGREH, o qual foi todo construído nesse contexto. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que acha ser muito importante a questão da sustentabilidade do SINGREH, porém, no momento, as atividades da CTPNRH ocorrem no sentido de avaliar as ações passadas, e as sugestões acerca de outros temas ainda serão discutidas. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** acredita que o responsável pela colaboração aos CBHs, até que o mesmo esteja apto a funcionar plenamente sozinho, é dos órgãos gestores de recursos hídricos. A **Sra. Martha Sugai (OT)** concordou, porém, destacou a dificuldade de funcionamento que estes órgãos atravessam atualmente. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** questionou sobre o prazo necessário para a deliberação da CTPNRH acerca das prioridades. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** respondeu que a intenção é encaminhar a planilha com as prioridades para a ANA e MPOG e estabelecer um prazo para sugestões, provavelmente na próxima reunião da CTPNRH, para que caso a Câmara deseje, seja apresentada ao plenário do CNRH. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** então questionou sobre a previsão do prazo da resolução acerca das prioridades. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** informou que as prioridades deverão ser consideradas no PPA 2016-2019, e a minuta de resolução deverá ser discutida na próxima reunião, e que a ideia não é reavaliar as 22 prioridades, mas sim, agregar o máximo de contribuições. O **Sr. Marcos (MP)** introduziu a apresentação do MP a respeito do assunto, informando que o tema água perpassa vários programas relacionados como agricultura, transportes, etc. Porém, não foi possível tratar do tema “água” em sua totalidade, portanto, o programa apresentado pelo MPOG não é o único que trata dos recursos hídricos, passou a palavra para a **Sra. Raquel Alves (MP)**, que procedeu a apresentação propriamente dita, na qual foi demonstrada a relação dos conteúdos do PPA com as prioridades do PNRH, por fim definiu que um encaminhamento possível seria encaminhar as prioridades após uma análise crítica das mesmas juntamente com a resolução ao CNRH. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** perguntou acerca do nome do programa no PPA “Programa 2026”, se o nome continua bem como seus 05 objetivos gerais. A **Sra. Raquel Alves (MP)**, informou que o PPA pode ser alterado, mas, no caso, os programas e seus respectivos objetivos são os mesmos. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** acrescentou a informação de que a recomendação do MPOG é que o PNRH influencie a construção do PPA 2016 – 2019, porém, como não houve a revisão do PNRH a intenção é utilizar as prioridades atuais para a construção do novo PPA até que se possam utilizar os resultados dessa revisão. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** questionou acerca dos recursos que devem ser aplicados, por lei, no meio ambiente (65 milhões) que são inteiramente contingenciados, e qual seria o real papel da CTPNRH nessa discussão. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** afirmou que a apresentação carece de alinhamento de informações com a ANA, pois a mesma está desatualizada. Em relação ao PPA, entende que a proposta básica para o Plano é encaminhada ao MPOG, que tem a incumbência de encaminhar essa proposta com base na disponibilidade orçamentária, e acrescentou que o PPA pode ser alterado por parlamentares, após encaminhamento do MPOG ao congresso. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** informou ser necessária à avaliação das prioridades do PNRH para verificar se estas convergem com os grandes objetivos do PPA. Ainda perguntou qual o prazo que a CTPNRH tem para

218 encaminhar as contribuições para o MPOG. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que houve um
219 acordo para se encaminhar tais sugestões até o fim do ano, já que após esse período haverá a
220 renovação dos membros do CNRH. A **Sra. Maria Silvia (CRH/DF)** acredita que atualmente
221 existe uma boa oportunidade de se incluir as prioridades do PNRH no PPA 2016-2019, e em
222 vista disso, a CTPNRH poderia estabelecer algumas prioridades mais urgentes para se incluir no
223 PPA, inclusive para se qualificar a construção dos PPAs Estaduais. O **Sr. Marcos (MP)** explicou
224 como se dá o processo de construção do PPA que se iniciará no próximo ano para o período de
225 2016-2019. O MP realiza uma série de oficinas com os diversos segmentos, nas quais é oferecida
226 uma metodologia para a definição de propostas para o PPA, mas os responsáveis pelas metas e
227 objetivos de cada área são os órgãos competentes para tal. Com relação à participação social, a
228 mesma deverá ser definida pelo próximo governo eleito. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** disse
229 que, já que o PPA pode ser alterado, qual seria a obrigação da CTPNRH nesse momento, seriam
230 os grandes objetivos do PPA e verificar se as prioridades estão contidas nesses objetivos ou até
231 estabelecer indicativos para verificar a execução das prioridades. A **Sra. Adriana Lustosa**
232 **(SRHU/MMA)** afirmou que a análise dos objetivos ficaria a cargo da CTPNRH, até porque,
233 seria bastante enriquecedor relacionar esses objetivos às prioridades. O **Sr. Marcos (MP)**
234 considerando que sejam mantidas as 22 atuais prioridades do PNRH, a principal atividade, até
235 dia 30 de agosto de 2015 agora seria ver de que forma essas prioridades estariam retratadas nos
236 PPAs Federal e Estaduais. Entende ainda que os objetivos hoje contidos no programa 2026 do
237 PPA, não precisam ser mudados devido à sua generalidade, porém, ao contrário das metas, que
238 serão discutidas até março de 2015, ainda, aquelas metas que não puderem ser contempladas no
239 PPA, até agosto de 2015, poderão ser inseridas na revisão do PPA, que ocorrerá a cada ano. A
240 **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** sugeriu que na análise das prioridades, as mesmas deveriam ser
241 ligadas as iniciativas do PNRH, bem como aos seus programas. Com relação ao orçamento,
242 acredita que, em relação aos 0,75% advindos da compensação pelo setor elétrico, devem ser
243 ouvidos os CBHs para definição de prioridades para aplicação desse montante, porém não
244 haveria tempo hábil para realizar tal consulta. A **Sra. Maria Silvia (CRH/DF)** por sua vez,
245 acredita que, no caso do PPA, não se trata apenas dos 0,75%, portanto, não seria necessário
246 descartar nenhuma prioridade, mas sim, estabelecer focos de importância entre as prioridades. O
247 **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** informou que a consulta aos CBHs se referem
248 somente aos 0,75%, os quais são destinados à ANA para aplicação na gestão de recursos
249 hídricos, porém acredita ser um absurdo limitar a discussão da CTPNRH apenas a esse montante.
250 Portanto, deveríamos trabalhar com o orçamento completo, assim, a CTPNRH poderia alterar as
251 22 prioridades atuais do PNRH. A **Sra. Ana Aurélio (CRH/SP)** questionou sobre o fluxo das
252 informações após a análise da CTPNRH. O **Sr. Marcos (MPOG)** respondeu que a CTPNRH, a
253 partir do documento que será encaminhado pela SRHU, a CTPNRH analisará os diversos
254 programas de água e a análise específica do programa 2026, após isso, o encaminhamento deverá
255 ser feito via CNRH. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que a discussão não foi finalizada, e
256 seria retomada posteriormente. Assim passou-se ao [Item 6 – Apresentação sobre os trabalhos
257 referentes às Adaptações às Mudanças Climáticas no Componente Água \(SMCQ/ANA\)](#): A **Sra.**
258 **Karen Cope (SMCQ/MMA)** realizou a apresentação, juntamente com o **Sr. Alexandre**
259 **(ANA/MMA)**, reforçando a importância da integração das políticas de mudanças climáticas e de
260 recursos hídricos. Ainda foram mostrados os avanços do Plano de Adaptação às Mudanças
261 Climáticas. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** perguntou se existem estudos de modelos
262 matemáticos que impactem as demandas hídricas para serem utilizados na construção de Planos
263 de Recursos Hídricos, a **Sra. Karen Cope (SMCQ/MMA)** respondeu que na questão de
264 agricultura e segurança alimentar existe um trabalho da EMBRAPA que consiste na elaboração
265 de mapas agroclimáticos, referentes às demandas da agricultura. Os membros da CTPNRH
266 foram convidados para o workshop a ser realizado no dia 23 de outubro. A **Sra. Martha Sugai**
267 **(OT)** por fim, agradeceu pela apresentação e retomou o [Item 4 – Informe preliminar sobre a
268 execução \(ANA, SRHU e MP\) de prioridades do PNRH 2012/2015 vinculadas ao Programa
269 2026 do PPA 2012-2015](#); informando que o art. 3º da Resolução CNRH nº 58 determina que a
270 SRHU, em articulação com a ANA, deverá realizar a revisão do PNRH a cada 04 anos para
271 orientar a elaboração dos PPAs Estaduais e Federal. Com relação à participação social, o art. 4º
272 da mesma resolução determina que o CNRH, mediante proposta da sua Secretaria Executiva,

estabelecerá critérios para avaliação e revisão do PNRH, observados os critérios de participação conforme Lei nº 9.433/97. Por fim, definiu-se que será feita uma avaliação das atividades já realizadas do PNRH, e ainda será feita uma priorização das atividades futuras, esta revisão deverá estar pronta na próxima reunião. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** sugeriu que os documentos fossem enviados para avaliação dos membros da CTPNRH, e as contribuições seriam recebidas até a próxima reunião, para que a proposta de resolução seja encaminhada à CTIL. A **Sra. Jussara Cabral** ressaltou a importância de analisar os documentos para a efetividade do trabalho. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** acrescentou que quanto mais efetivo o trabalho, maior a possibilidade de recursos destinados à gestão de recursos hídricos. A **Sra. Martha Sugai (OT)** lembrou que o MP irá realizar as oficinas mesmo que a CTPNRH não se manifeste com relação ao PPA. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** informou que o processo já está atrasado, além disso, existem duas estruturas de planejamento (PPA e Prioridades), e sugeriu que, na próxima reunião, seja apresentada uma figura informando qual a interface entre elas. O **Sr. Jaime Azulay (Saneamento)** solicitou que constasse em ata o cronograma das discussões realizadas na CTPNRH, além disso, sugeriu que sejam inseridas as discussões correlatas à gestão de recursos hídricos. A **Sra. Martha Sugai (OT)** lembrou que seria necessário aguardar os resultados da consultoria contratada pela SRHU para avaliar o PNRH, antes de alterar as prioridades atuais, portanto, o trabalho da CTPNRH no momento é elaborar uma proposta de resolução solicitando que o CNRH considere as prioridades atuais na elaboração do PNRH. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** propôs que as iniciativas e objetivos do PPA sejam incluídos na consultoria da SRHU, e que a CTPNRH analise, nesse momento, as 22 prioridades e na proposição de metas para o PNRH. A **Sra. Priscila Silvério (Irrigantes)** concordou que sejam analisadas apenas as 22 prioridades do PNRH, para que as metas para o PPA sejam propostas em um segundo momento. A **Sra. Priscila Silvério (Irrigantes)** sugeriu que sejam ligadas as prioridades aos demais programas do PPA que sejam correlatos. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** acredita que, devido às mudanças na realidade dos recursos hídricos no Brasil, não é possível a CTPNRH limitar-se apenas às 22 prioridades atuais. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** informou que as prioridades devem ser relacionadas com as prioridades da CTCOB. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** reforçou que a CTCOB trata apenas dos 075%, e os recursos do orçamento são maiores do que os 0,75%. A **Sra. Raquel Alves (MP)**, informou que no novo PPA, as iniciativas podem mudar, assim como toda a estrutura dos programas, e sugeriu que sejam especificadas as principais prioridades relacionadas com os programas do PPA, porém, como os programas são formados a partir de oficinas, não há garantias que os programas mantenham a mesma nomenclatura. E sugeriu que na próxima reunião, seja trabalhado um documento para ser utilizado em fevereiro de 2015, antes das oficinas do PPA. A **Sra. Ana Aurélio (CRH/SP)** acredita que o foco da CTPNRH é analisar as prioridades atuais, pois não há a possibilidade de alterá-las antes da realização das consultas. O **Sr. João Climaco (ONG)** concordou com a Sra. Ana Aurélio, porém mostrou preocupação em trabalhar muito as atividades meio sem ter atividades fim, ainda, reforçou a necessidade de se confeccionar um documento concreto, que dê respostas à sociedade, com o respectivo reconhecimento da mesma. Propôs que o trabalho de consultas posteriores seja encaminhado aos CBHs, pois os membros dos CBHs têm contatos com alguns deputados, e estes podem utilizar as emendas parlamentares para complementar o orçamento. A **Sra. Martha Sugai (OT)** finalizou a discussão, informando que o foco da CTPNRH será a análise das 22 prioridades atuais, além disso, será feito um documento com um informe (SRHU/ANA/MP) com relação a este documento, além das iniciativas e outros programas do PPA relacionados às prioridades. A **Sra. Maria Silvia (CRH/DF)** acredita que deve haver uma articulação política para implementar as prioridades do PNRH, acionando os entes do sistema, para que a discussão não fique restrita à ANA e SRHU. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** por sua vez, acredita que quando da aprovação das prioridades pelo CNRH a articulação com este colegiado já estaria contemplada. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou, que não haveria prejuízo em se trabalhar em uma proposta de moção no sentido da articulação com os demais entes do sistema. O **Sr. Franklin Júnior (SRHU/MMA)** reforçou que sua proposta é realmente a proposição de uma moção que trate de uma articulação político-institucional do PNRH. A **Sra. Martha Sugai (OT)** sugeriu que fosse inserido na pauta da próxima reunião, uma proposta de moção para se avaliar a

328 pertinência da mesma. Passou-se então ao [Item 5 – Avaliação da Minuta de Resolução sobre](#)
329 [Prioridades do PNRH para o PPA 2016-2019](#): A **Sra. Martha Sugai (OT)** apresentou a Nota
330 Técnica sobre a proposta de resolução da revisão do PNRH. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)**
331 ponderou que o processo de contratação da consultoria já faz parte da estratégia de revisão do
332 PNRH. O **Sr. João Climaco (ONG)** informou sua vontade de contribuir com este item,
333 sugerindo que a CTPNRH faça o acompanhamento do processo da consultoria, inclusive
334 selecionando o consultor. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que o cronograma apresentado
335 na nota técnica se trata do cronograma da CTPNRH. O **Sr. Franklin Júnior (SRHU/MMA)**
336 informou que há previsão de uma interface contínua com a CTPNRH com o processo de
337 consultoria. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** acredita que as questões relacionadas ao
338 acompanhamento do PNRH, a exemplo do SIGEOR, não constam no cronograma apresentado.
339 A **Sra. Martha Sugai (OT)** apresentou a proposta de nota técnica, item por item, e recebeu
340 contribuições dos membros da Câmara. Dentre os assuntos, foi abordada a obrigação da ANA
341 em apresentar o Relatório da Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil com conteúdo mínimo
342 estabelecido pelo CNRH com base em proposta pela sua Secretaria Executiva, portanto, a SRHU
343 deve apresentar uma proposta de conteúdo em momento oportuno. O **Sr. João Climaco (ONG)**
344 solicitou que a Câmara seja consultada antes da proposta ser formatada. A **Sra. Martha Sugai**
345 **(OT)** informou, portanto que não há a necessidade da elaboração de um novo relatório pelo
346 CNRH conforme previsto na Resolução CNRH nº 58, desde que o documento Conjuntura já
347 contenha os assuntos mínimos necessários. Quanto à contratação de consultoria externa a **Sra.**
348 **Zeila Piotto (Indústria)** acredita que o dever da CTPNRH é acompanhar a contratação da
349 consultoria, e não a contratação propriamente dita. O **Sr. João Climaco (ONG)** sugeriu que o
350 TDR para a contratação da consultoria vá a conhecimento da CTPNRH. A **Sra. Adriana**
351 **Lustosa (SRHU/MMA)** informou que, conforme acordado na última reunião, o objetivo
352 principal da contratação da consultoria é a avaliação do Volume IV do PNRH o qual trata dos
353 programas e metas, a consultoria irá propor uma metodologia de avaliação que será informada à
354 CTPNRH. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** questionou acerca da avaliação dos cenários e
355 diretrizes 2015-2020. A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** respondeu que já havia sido
356 estabelecido que a CTPNRH iria trabalhar em outros documentos, por exemplo, os Volumes II e
357 III. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** questionou então sobre a expertise da Câmara Técnica para
358 analisar tais documentos e sugeriu que os outros volumes sejam objeto de análise da mesma
359 consultoria. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** por sua vez questionou sobre a
360 análise do avanço das políticas públicas relacionadas com a água. A **Sra. Maria Silvia**
361 **(CRH/DF)** acredita que seria difícil acrescentar produtos com visão futura do PNRH, uma vez
362 que o objeto da consultoria seria a avaliação do que já foi implementado, acredita ainda que os
363 cenários do PNRH devem ser objeto de consultoria, porém, de uma nova contratação. O **Sr.**
364 **Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** destacou ainda que não haveria tempo hábil para a
365 CTPNRH analisar todos os documentos. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** lembrou que,
366 conforme já estabelecido na última reunião os cenários atuais seriam mantidos, e se houvesse
367 algo muito divergente da realidade, seria contratada uma consultoria para adequação. A **Sra.**
368 **Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** ponderou que os Volumes II e III não são tão extensos,
369 portanto seria possível a análise dos mesmos pela CTPNRH. Ainda, acredita que se os cenários
370 forem modificados, os mesmos já devem levar em consideração as consultas públicas. A **Sra.**
371 **Jussara Cruz (OEP)** questionou sobre a contratação da consultoria, acredita que a mesma deve
372 ocorrer de forma breve, a fim de não atrasar o cronograma proposto. O **Sr. Wagner Vilella**
373 **(ANA/MMA)** respondeu que tanto a SRHU quanto a ANA têm possibilidade de contratar,
374 depende da demanda da Secretaria Executiva, assim, a **Sra. Jussara Cruz (OEP)** sugeriu que tal
375 demanda fosse feita, para que haja a contratação de uma consultoria para análise dos Volumes II
376 e III. Foi encaminhado pela contratação de uma consultoria para avaliação do Volume II – Águas
377 para o Futuro: Cenários para 2020. A **Sra. Maria Silvia (CRH/DF)** lembrou que no ano de 2020
378 termina o “Bônus Demográfico” do Brasil, a partir do qual a população passa a decrescer,
379 portanto, isto deve ser considerado nos próximos cenários. A **Sra. Martha Sugai (OT)**
380 demonstrou preocupação quanto à realização de consulta pública para avaliação do PNRH, na
381 reunião anterior, havia sido acordado que esta consulta seria apenas para os CERH. O **Sr.**
382 **George Silva (CERH/BA)** informou que não há como participar de uma consulta sem a

avaliação do que já foi implementado no PNRH. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que a Secretaria Executiva deve propor a forma com que essa consulta será realizada. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** solicitou que a SRHU apresente, na próxima reunião, uma proposta de realização da consulta, o que foi acordado por todos. A **Sra. Maria Silvia (CRH/DF)** sugeriu que a ABEMA seja contatada, visto que a mesma é uma instância consolidada de discussão, o que facilitaria o processo das consultas. O **Sr. Jaime Azulay (Saneamento)** solicitou que seja feito um alerta sobre o prazo (outubro/2015), segundo o próprio, a CTPNRH não conseguirá cumpri-lo. A **Sra. Ana Aurélio (CRH/SP)** sugeriu que os membros da CTPNRH formassem pequenos grupos para analisar os documentos necessários separadamente, buscando adiantar o trabalho da Câmara. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** ficou com a incumbência de reestruturar a nota técnica da proposta de resolução (15/10) e encaminhar aos membros da CTPNRH para contribuições até (22/10). A **Sra. Martha Sugai (OT)** concluiu informando que a nota técnica e a minuta de resolução só poderão ser finalizadas na próxima reunião, com base no informe da SRHU/ANA/MP, que será fornecido em 15 dias (23/10). Passou-se então ao próximo item. [Item 8 – Informe sobre o grupo técnico de acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da RH Paraguai \(SRHU/DRH\):](#) A **Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA)** disse que a SRHU recebeu uma lista de indicações para a composição do grupo de acompanhamento, porém ainda faltam algumas indicações. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** confirmou que a ANA recebeu a mesma lista, porém mostrou preocupação com essa pendência, portanto, solicitou que a SRHU não aguarde mais a indicação dos membros remanescentes, sob pena de não atender o cronograma proposto para o Plano do Paraguai, sugeriu, portanto, que a SRHU agende uma reunião com o grupo de acompanhamento para o início dos trabalhos. O **Sr. João Climaco (ONG)** corroborou com a proposta e sugeriu que na ocasião da reunião, seja estabelecido um regimento para as reuniões desse grupo, por exemplo, estabelecer um número mínimo para deliberações. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** acredita que esse número não pode ser muito baixo, pois é possível que o grupo não possa deliberar devido às ausências. O **Sr. João Climaco (ONG)** sugeriu que a CTPNRH solicite à Secretaria Executiva maior celeridade nesse processo, além disso, a reunião deveria ser em Cuiabá para facilitar a logística da reunião. Portanto, a SRHU irá encaminhar a convocação ao grupo. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores/Turismo)** sugeriu que, devido à falta de algumas indicações, deveria ser enviado outro Ofício informando da reunião e solicitando a indicação dos órgãos faltantes. [Item 9 – Proposição de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Tapajós:](#) O **Sr. João Climaco (ONG)** informou sobre o documento encaminhado aos membros da CTPNRH. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que a análise de parte das solicitações não compete à CTPNRH. O **Sr. João Climaco (ONG)** então solicitou que seja dado o encaminhamento correto ao documento. A **Sra. Martha Sugai (OT)** questionou a forma como o documento foi encaminhado à CTPNRH, exemplificou que não se sabe se o documento foi encaminhado também à outra câmara técnica, além disso, não há solicitação de análise pela CTPNRH. Acredita que faltou organização por parte da Secretaria Executiva do CNRH. O **Sr. João Climaco** por sua vez, informou que o documento já foi encaminhado formalmente a mais de um ano, porém, não foi dado andamento ao mesmo. Ainda, questionou sobre a criação de um processo sobre o documento dentro da SRHU. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** sugeriu sobre a discussão referente ao mérito do documento encaminhado pelo FONASC, gostaria que essa discussão seja feita antes de se analisar o documento propriamente dito. O **Sr. João Climaco (ONG)** acredita que a justificativa para o encaminhamento do documento está bem clara, e trata da sobreexploração dos recursos hídricos no Rio Tapajós, e inclusive informou que em sua opinião a Candidata à Presidência do Brasil, Dilma Rousseff, não contará com grande número de votos na região. Informou ainda que no caso do Rio Paraguai, houve grande articulação antes de encaminhar o assunto ao CNRH, ao contrário do Rio Tapajós. Acredita ainda que não há falta de recursos para a gestão dos recursos hídricos na região, e seria necessária uma decisão política para que o trabalho seja feito. Acha que participou ativamente do Plano da Margem Direita do Amazonas, o qual acredita que foi construído de forma equivocada, com várias inconsistências, além de ser, extremamente genérico. O Rio Tapajós, encontra-se inserido nessa região, porém seria errado informar à sociedade civil da região do Tapajós que já existe um plano para o local. O **Sr. Wagner Vilella (ANA/MMA)** novamente, informou que há uma decisão baseada em critérios técnicos na ANA,

portanto insistiu que haja uma discussão de mérito e oportunidade. Questionou ainda sobre a falta de critérios para definição de quais bacias são prioritárias para a elaboração e implantação de planos de bacia onde não existam comitês de bacia. Além disso, seria necessária a avaliação da capacidade da ANA, CTPNRH e CNRH acerca da análise e acompanhamento de tantos planos. Por exemplo, a ANA, acompanha atualmente 04 Planos de Bacia. Finalizou informando que acredita não ser o momento oportuno para se iniciar um novo processo de plano de bacia. O **Sr. João Climaco (ONG)** acredita que a priorização do plano no local se faz necessária pela questão social na região, ainda acrescentou que o governo brasileiro comete vários equívocos na Amazônia, e esta seria uma oportunidade de se resolver um problema nessa região. Ainda reafirmou que o CNRH não fique ausente dessa discussão, mesmo que a prioridade não seja o Tapajós, deve ser definido critérios para escolha dos locais prioritários para elaboração de planos de bacia, sendo que não acha correto que os locais que possuem grande potencial de desenvolvimento econômico sejam priorizados. O **Sr. Wagner Vilella (ANA)** informou que a Agência não prioriza nenhuma bacia, e sim, tem obrigação de elaborar e implementar planos nas regiões onde existem CBHs. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** informou que, de acordo com a Resolução CNRH nº 128 que aprovou o Plano da Margem Direita do Amazonas, está prevista a elaboração de planos dos afluentes da bacia, porém a mesma não define critérios de priorização. Nessa resolução também está definida a composição de um Colegiado Gestor com a responsabilidade de auxiliar na implementação do PERH - MDA e acredita que esse grupo seja a instância para a discussão da elaboração dos planos, porém como não houve reunião deste grupo, sugeriu que o mesmo seja reativado para que neste âmbito ocorram as discussões acerca do assunto. O **Sr. João Climaco (ONG)** informou que a demanda para a elaboração do plano no Rio Tapajós se deu pela série de intervenções que o Estado Brasileiro fez na região. Reafirmou sobre sua opinião sobre o Plano da Margem Direita do Amazonas, que considera fraco, tanto que elaborou uma nota técnica sobre o mesmo e que sequer foi lida, e por isso agora existem vários conflitos na região. E novamente disse que acredita que existe uma decisão política para se priorizar em quais bacias serão elaborados os planos. A **Sra. Martha Sugai (OT)** informou que existem duas demandas para a CTPNRH acerca de planos de bacia, a primeira trata da comissão de acompanhamento do plano da Margem Direita do Amazonas. A segunda, sobre o plano da bacia do Tapajós. O **Sr. João Climaco (ONG)** novamente solicitou que seja dado encaminhamento ao documento. A **Sra. Martha Sugai (OT)** afirmou sobre a importância da manifestação da ANA acerca do assunto. O Sr. Wagner Vilella (ANA) informou que não tem conhecimento da formação do grupo de acompanhamento, tampouco da posse de algum membro. A **Sra. Martha Sugai (OT)** afirmou, portanto, sobre a necessidade de formação desse Colegiado, conforme Resolução nº 128 do CNRH. O **Sr. João Climaco (ONG)** informou que pode indicar cada um dos fóruns da sociedade civil para participar da comissão de acompanhamento. A **Sra. Zeila Piotto (Indústria)** sugeriu que seja demandada à SRHU a formação do grupo, de acordo com a Resolução nº 128. O **Sr. João Climaco (ONG)** acredita que o Plano do Tapajós ainda deve demorar a sair, porém, a constituição do grupo de acompanhamento da margem direita já seria um grande avanço. Portanto, a **Sra. Martha Sugai (OT)** resumiu as discussões, informando que a CTPNRH concluiu sobre a importância da formação do Colegiado Gestor. O **Sr. Wagner Vilella (ANA)** sugeriu que adicionalmente a CTPNRH defina, o mais brevemente possível, critérios para priorização de bacias para elaboração de planos onde não haja Comitês de Bacia. O **Sr. Wagner Vilella (ANA)** sugeriu que seja elaborada pela ANA uma nota técnica para subsidiar uma decisão da CTPNRH acerca da prioridade de elaboração de planos. O **Sr. João Climaco (ONG)** sugeriu que os movimentos sociais sejam considerados nos critérios de priorização, e concordou com a elaboração da nota técnica. O **Sr. Franklin Júnior (SRHU/MMA)** informou que foi criada no âmbito do MMA uma mesa de diálogo entre a SRHU e os movimentos sociais, a qual poderia ser utilizada para se estabelecer critérios sociais na elaboração dos planos de bacia. A **Sra. Martha Sugai (OT)**, com base na Nota Técnica, a CTPNRH poderá estabelecer critérios para priorização de planos. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescadores)** acredita ser muito complicado estabelecer uma regra geral para priorizar a execução de planos, portanto seria necessário primeiramente discutir se a CTPNRH fará uma resolução, ou será apenas a discussão sobre critérios. [Item 10 – Informe sobre a Deliberação N° 01 do CBH do Rio Paranoá/DF “Estabelece o Zoneamento de Usos do Espelho](#)

493 d'Água do Lago Paranoá": A Sra. Adriana Lustosa (SRHU/MMA) deu conhecimento aos
494 membros da CTPNRH acerca do documento encaminhado, conforme solicitação do CBH
495 Paranoá/DF. A Sra. Maria Sílvia (CRH/DF) informou que cinco das sete bacias hidrográficas do
496 DF estão representadas neste CBH. E acrescentou que a intenção é definir regras para o uso do
497 Lago Paranoá, considerando os diversos usos. Item 7 – Discussão/Finalização do Relatório sobre
498 a situação dos temas prioritários do CNRH discutidas na CTPNRH no período 2012-2013: A
499 Sra. Martha Sugai (OT) sugeriu que fosse discutido o agrupamento dos temas prioritários da
500 CTPNRH. Apresentou então o documento com as sugestões enviadas pelos membros da Câmara,
501 além disso, incorporou ao documento mais algumas contribuições. O Sr. João Climaco (ONG)
502 acredita que a CTPNRH poderia estabelecer uma forma de integração entre as políticas de água e
503 de meio ambiente. O Sr. Wilson Azevedo (Pescadores) acredita que a CTPNRH deveria
504 estabelecer prioridade mais tangíveis, pois, em sua opinião, da forma como está estabelecido, a
505 CTPNRH não alcançará seus objetivos. A Sra. Martha Sugai (OT) lembrou que a tabela com as
506 prioridades tem a intenção de ajudar o CNRH a pautar a Câmara Técnica do Plano Nacional de
507 Recursos Hídricos. Item 11 – Assuntos gerais e Encerramento: A Sra. Martha Sugai (OT)
508 agradeceu a presença de todos e declarou a reunião encerrada às 16h50min.

509

510 **RESUMO DA REUNIÃO**

511

512 **Item 1 – Abertura e Informes;**

513

514 **Item 2 – Aprovação da Ata da 81ª Reunião da CTPNRH - Ata Aprovada com alterações;**

515

516 **Item 3 – Apresentação do Planejamento Estratégico da SRHU/MMA/DRH** – A Sra. Adriana
517 (SRHU) fez a apresentação. A iniciativa da SRHU foi bastante elogiada e discutida. Uma das
518 questões levantadas foi a de melhorar os indicadores. Foi sugerido usar indicadores estabelecidos
519 com base nos resultados. Foi sugerida a realização de uma oficina sobre enquadramento;

520

521

522 **Item 4 – Informe preliminar sobre a execução (ANA, SRHU e MP) de prioridades do**
523 **PNRH 2012-2015 vinculadas ao Programa 2026 do PPA 2012-2015** - – A Sra. Adriana
524 (SRHU) fez a apresentação dos resultados preliminares da execução e a Sra. Rachel (MP)
525 mostrou os resultados da análise do MP. Após os debates ficou combinado que a SRHU, com
526 base nos dados a serem encaminhados pela ANA e MP, preparará um informe a ser encaminhado
527 para os membros da CTPNRH.

528

529 **Item 6 – Apresentação sobre os trabalhos referentes às Adaptações às Mudanças**
530 **Climáticas no Componente Água (SMCQ/ANA)** – discutiu-se a importância da integração das
531 políticas de mudanças climáticas e de recursos hídricos. Ainda foram comentados os avanços do
532 Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas. Os membros da CTPNRH foram convidados para
533 o workshop a ser realizado no dia 23 de outubro;

534

535 **Item 5 – Avaliação da Minuta de Resolução sobre Prioridades do PNRH para o PPA 2016-**
536 **2019** – Foi discutida a minuta de Nota Técnica e em particular o cronograma de revisão do
537 PNRH definido na 81ª CTPNRH. Os membros da CTPNRH sugeriram que a SRHU contrate um
538 consultor para avaliar os cenários do PNRH. Ficou combinado que até 15/10, a Sra. Zeila
539 (indústrias) disponibilizaria uma nova versão da Nota Técnica; tendo os membros da CTPNRH
540 prazo até 22/10 para sugestões. As sugestões serão consolidadas num documento que será
541 disponibilizado para novas sugestões em 24/10;

542

543 **Item 8 – Informe sobre o grupo técnico de acompanhamento da elaboração do Plano de**
544 **Recursos Hídricos da RH Paraguai (SRHU/DRH)** – Foi comentado que ainda faltam algumas
545 indicações. Foi solicitado que a SRHU reitere o pedido de indicação dos membros que ainda
546 faltam e agende a reunião do Grupo mesmo sem todos os membros terem sido indicados;

547

548 **Item 9 – Proposição de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica**
549 **do Tapajós (FONASC)** - a CTPNRH concluiu sobre a importância do Colegiado Gestor
550 previsto na Resolução CNRH nº 128 ser instalado, e deverá discutir critérios para priorização de
551 planos;

552

553 **Item 10 – Informe sobre a Deliberação N º 01 do CBH do Rio Paranoá/DF “Estabelece o**
554 **Zoneamento de Usos do Espelho d’Água do Lago Paranoá”** – O documento foi a
555 conhecimento dos membros da CTPNRH.

556

557 **Item 7 - Discussão/Finalização do Relatório sobre a situação dos temas prioritários do**
558 **CNRH discutidas na CTPNRH no período 2012-2013** –Mais uma vez foi discutido o relatório,
559 que está em elaboração, que tem o objetivo de uma prestação de contas dos trabalhos
560 desenvolvidos na CTPNRH com base nos seus temas prioritários e auxiliar o CNRH a pautar a
561 Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

562

563 Ata aprovada na 83ª Reunião da CTPNRH, realizada nos dias 06 e 07 de novembro de 2014.

564

565

566



Martha Sugai
Presidente da CTPNRH



Leonardo Julian Rodrigues Klosovski
Relator da CTPNRH

567